



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **MENSAGEM N.º 1.063, DE 2024**

**(Do Poder Executivo)**

Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5.121, de 4 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 4 de dezembro de 2019, que renova, a partir de 29 de setembro de 2016, a permissão outorgada originariamente Rádio Itaipu de Taubaté, posteriormente transferida à Rede Integridade de Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Taubaté, Estado de São Paulo. - TVR 551/2024 - Portaria nº 5.121, de 04 de outubro de 2019 - Rádio Itaipu de Taubaté,, no município de Taubaté - SP.

**DESPACHO:**

TRANSFORMADA EM : TVR-551/2024

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

MENSAGEM Nº 1.063

Apresentação: 30/09/2024 15:05:00.000 - MESA

MSC n.1063/2024

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 5.121, de 4 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 4 de dezembro de 2019, que renova, a partir de 29 de setembro de 2016, a permissão outorgada originariamente Rádio Itaipu de Taubaté, posteriormente transferida à Rede Integridade de Radiodifusão Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Taubaté, Estado de São Paulo.

Brasília, 12 de setembro de 2024.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



Brasília, 6 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53900.034000/2016-00, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 1734/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00754/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 5.121, de 4 de outubro de 2019, publicada em 4 de dezembro de 2019, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de setembro de 2016, a permissão outorgada à REDE INTEGRIDADE DE RADIODIFUSÃO LTDA. (CNPJ nº 03.638.375/0001-70), nos termos da Portaria nº 726, de 7 de dezembro de 2000, publicada em 16 de fevereiro de 2001, e renovada, nos termos da Portaria nº 341, de 15 de abril de 2010, publicada em 5 de maio de 2010 para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Taubaté, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 1966, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o Acórdão Administrativo n.º 53900.034000/2016-00, invocando as razões presentes no processo nº 1.734/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 754/2019, da Comissão de Ética deste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de setembro de 1965, a partir de 29 de setembro de 2016, a permissão outorgada originariamente ao Rádiorádio Taubaté, nos termos da Portaria nº 1076, de 21 de setembro de 1976, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro de 1976, posteriormente transferida à Rede Integridade de Radiodifusão (CNPJ nº 03.638.375/0001-70), pela Portaria nº 726, de 7 de dezembro de 2001, e pelo Diário Oficial da União - D.O.U. de 16 de fevereiro de 2001, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Taubaté, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus decretos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Administração, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCOS CESAR PONTES**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------